

CAPÍTULO 6

FRAGMENTOS DA VISÃO EUROCÊNTRICA NA OBRA MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA, DE MARX E ENGELS, COM FUNDAMENTO NA ANÁLISE DO PENSAMENTO DE SANTIAGO CASTRO-GÓMEZ

Humberto Bayma Augusto

Procurador Efetivo do Município de Pacajus/CE. Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em Direito e Processo Constitucionais e em Direito e Processo Administrativo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Bacharel em Direito pela UNIFOR e Graduado na Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Conselheiro Estadual da OAB, Seccional do Ceará (2025-2027). Membro Efetivo e Vitalício da Academia Mundial de Letras da Humanidade, Seccional de Fortaleza-Ceará.

RESUMO

Este estudo tem como escopo analisar o livro de Karl Marx e Friedrich Engels, intitulado Manifesto do Partido Comunista, sob a perspectiva de Santiago Castro-Gómez, em seu ensaio “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”, correlacionando os autores clássicos com um filósofo contemporâneo. Este escrito não tem o condão de explorar a obra completa de Karl Marx, nem tampouco se debruçar em um estudo aprofundado sobre outros escritores e pensadores marxistas acerca do eurocentrismo. Ressalte-se que não há pretensão sequer de rotular as ideias marxistas como eurocêntricas, mas tão somente identificar a influência de possíveis vestígios de ideias hegemônicas desse manuscrito, que foi produzido e editado em 1848.

Palavras-Chave: eurocentrismo; colonialismo; métodos científicos; modo de produção europeu; sociedade moderna.

INTRODUÇÃO

O filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, ao apresentar suas ideias em seu trabalho “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro” (2005), faz uma crítica à Modernidade, afirmando que tal período histórico faz parte de um projeto eurocêntrico, que tem o intuito de desprezar e inferiorizar as demais culturas e povos dos países periféricos.

Ele faz uma crítica severa às chamadas patologias da ocidentalização, que geram alteridades, guerras, desigualdades, misérias, exploração, excluindo a multiplicidade e reprimindo diferenças. Ressalta

também o papel das ciências sociais na consolidação do Estado Nacional moderno e do colonialismo, além de ter exercido um controle sobre os cidadãos, mediante políticas reguladoras promovidas por instituições estatais, escolas, hospitais, prisões, assim como pelo direito e pela Constituição.

Nessa linha, assevera que as ciências sociais, constituídas na sociedade moderna, por meio do método científico, acabaram por alicerçar o pensamento europeu, impedindo a divulgação e reverberação do conhecimento produzido nas regiões ditas como subdesenvolvidas.

A “invenção do outro” pelas ciências sociais faz parte do projeto de modernidade, que inferioriza e oculta a identidade cultural alheia, fabricando e impondo às demais regiões do globo a chamada “civilização”. Isso estabelece o discurso hegemônico, bem como seu idioma, religião, modos e condutas, transformando todos os povos em europeus.

A modernidade, pautada no eurocentrismo, cria um padrão dominante de cidadão, a saber, homem, branco, pai de família, católico, patriarca, proprietário, letrado, machista, sexista, misógino e heterossexual. Quem não se enquadrar nesses rótulos não será capaz de conviver na sociedade moderna, devendo ser inferiorizado.

A partir do colonialismo, verifica-se o fato de que as ciências sociais projetaram os teóricos dos séculos XVII e XVIII, como Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu, determinando o modelo do Estado-nação, que acabou por se tornar universal. Porém, o projeto de modernidade chegou ao fim no momento em que os atuais Estados-nação perderam o controle para as grandes corporações, sendo engolidos pela chamada “globalização”.

É justamente nesse momento que Santiago Castro-Gómez exalta uma teoria crítica da sociedade, que, em tempos de globalização, deve partir de um movimento de descolonização das ciências sociais, revitalizando uma tradição crítica, valorizando novas formas de pensar e desenvolvendo novos pensamentos alternativos que sejam capazes de superar o paradigma hegemônico pautado na dominação capitalista, colonialista e patriarcal europeia.

DESENVOLVIMENTO

Diante de todas as ideias desenvolvidas pelo pensador Santiago Castro-Gómez, em seu artigo “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da „invenção do outro”” (2005), que versa sobre a influência da referida ciência na consolidação da concepção eurocêntrica como visão dominante na sociedade moderna, constata-se, facilmente, que Marx e Engels (1998), em sua obra clássica Manifesto do Partido Comunista, produzida em 1848, acabam por corroborar, em algumas passagens, com o mesmo pensamento hegemônico europeu.

Primeiramente, cumpre salientar que Karl Marx nasceu na Prússia, em 5 de maio de 1818, exatamente 29 anos depois da Revolução Francesa (5 de maio de 1789) e aproximadamente 58 anos após a Primeira Revolução

Industrial (1760). Nesse momento histórico, a Alemanha ainda não havia se constituído como Estado-nação, o que só viria a acontecer em 1871. Marx veio a falecer no ano de 1883.

Todas essas informações aludidas são de suma importância para a descrição de uma possível inclinação de Marx e Engels (1998), em seu livro Manifesto do Partido Comunista, ao viés eurocêntrico. Vale ressaltar que eles foram pensadores eminentemente do século XIX. Pelo fato de terem nascido e vivido em tal época, ambos não viram o capitalismo se tornar o modo de produção hegemônico a nível mundial, o que só viria a acontecer na virada para o século XX, com o desenvolvimento tecnológico.

Assim, Karl Marx viveu grande parte da sua vida em uma época em que a Alemanha ainda não existia como Estado-nação, e também não havia se industrializado a contento. Porém, Marx entendia que a hegemonia do modelo capitalista teria como condição sine qua non a criação do Estado burguês e sua imprescindível industrialização (Marx; Engels, 1998).

Para Marx e Engels (1998), havia uma necessidade histórica da burguesia se investir como classe dominante e opressora. Somente após o cumprimento dessa etapa, surgiria o momento propício para a revolução socialista. Portanto, era necessária a estruturação de tais estágios para que o proletariado urbano ascendesse ao poder como classe revolucionária.

Nessa toada, Marx e Engels (1998) afirmavam no Manifesto que os comunistas voltavam suas atenções para a Alemanha, que se encontrava à véspera de uma revolução burguesa, sendo, assim, o prelúdio de uma futura revolução proletária. Nota-se que o Estado-nação, a industrialização e o etapismo são categorias essencialmente europeias, que ganharam bastante destaque na obra aqui analisada, reafirmando a perspectiva eurocêntrica.

Toda produção relativa ao Manifesto do Partido Comunista ocorreu no momento em que Karl Marx conheceu Friedrich Engels, na sua denominada “Fase Revolucionária”, período em que desenvolveram o materialismo histórico-dialético e delimitaram seu objeto de estudo: a luta de classes.

Destaca-se que a família de Engels era dona de empresas em Manchester, na Inglaterra, onde ele desenvolveu sua tese sobre a classe trabalhadora inglesa (Engels, 2010). Em 1845, Marx viajou para a Inglaterra, juntamente com seu amigo Engels, e conheceu, in loco, a miserável situação do proletariado inglês, passando a partir de então a desenvolver uma relação orgânica com a classe trabalhadora.

Verifica-se que o trabalho científico no Manifesto foi desenvolvido com fundamento na sociedade industrial inglesa, na qual o proletariado era explorado pela burguesia e se tornaria a nova classe revolucionária. Tanto foi assim que a obra Manifesto do Partido Comunista se baseou nas perguntas e respostas do texto intitulado “Princípios básicos do comunismo”, de Friedrich Engels, produzido em 1847 (Engels, 1982).

Diante disso, é possível notar alguns indícios do eurocentrismo no pensamento revolucionário de Marx, desenvolvido no Manifesto. Ele era

européu e idealizou um método científico que culminou na criação de uma nova ciência: a sociologia (apesar de não ser essa a sua real intenção). Destaca-se que o método e a ciência são conceitos umbilicalmente ligados ao projeto de modernidade, definido como europeu.

Por conseguinte, a necessidade de consolidação da industrialização e do capitalismo para a chegada do proletariado ao poder, bem como o desenvolvimento do materialismo histórico-dialético, tudo pautado nas revoluções ocorridas na Europa, mais precisamente na Inglaterra e na França, constituem vestígios de uma concepção europeia de mundo.

Cumprido salientar que, quanto ao método científico supracitado, ele foi profundamente influenciado por Georg Wilhelm Friedrich Hegel, da Universidade de Berlim, onde Karl Marx estudou e teve os primeiros contatos com a chamada “filosofia idealista hegeliana”.

Desta feita, Hegel era notoriamente um filósofo eurocêntrico. Ao desenvolver e explicar seu método científico dialético, na sua obra *Fenomenologia do espírito* (Hegel, 1992), ele valeu-se das figuras dos senhores e dos escravos, que remetem à dominação e ao colonialismo. Ademais, o filósofo alemão, admirado por Marx, também se mostrou racista e preconceituoso em seu livro *Filosofia da história* (Hegel, 2008).

É possível perceber vestígios de um imaginário eurocêntrico, pois a criação de “métodos” é um dos resquícios da modernidade, além da presença da dialética hegeliana, frequentemente presente em seu materialismo histórico, desenvolvido no Manifesto. Nessa linha de raciocínio, ensina Francisco Uribam Xavier de Holanda (2022, p. 75):

Sendo a obra de Marx parte do pensamento ocidental moderno, ela está estribada no chamado método dialético; método porque obedece à exigência da epistemologia eurocêntrica moderna de que todo saber rigoroso, para ser reconhecido como válido e verdadeiro, tem que ser pensado metodologicamente.

Todos esses pontos aqui revelados acabam por aproximar o revolucionário, descrito no Manifesto do Partido Comunista, da perspectiva eurocêntrica, conforme os indícios retirados dessa obra. Além disso, o coautor do Manifesto do Partido Comunista, Friedrich Engels, em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2019), também se mostra eurocêntrico ao dissertar sobre os estágios de desenvolvimento da sociedade humana até a civilização.

No livro sobredito, verifica-se que Karl Marx corroborava com as teorias evolucionistas do antropólogo Lewis Henry Morgan, um dos pais da antropologia moderna e do evolucionismo cultural, já que Friedrich Engels cita os cadernos etnológicos de seu camarada em sua clássica obra (Álvares, 2019).

Apesar de ter sido escrito antes do livro antropológico de Morgan, *A sociedade antiga* (2014), publicado originalmente em 1877 e que versa sobre

os estágios evolutivos da sociedade humana, constata-se, no Manifesto do Partido Comunista (Marx; Engels, 1998), a presença do eurocentrismo, quando os autores descrevem a subordinação dos países bárbaros e semibárbaros aos civilizados, bem como a submissão dos países orientais à cultura ocidental.

A sociedade civilizada, que supera a selvageria e a barbárie, é, na verdade, a sociedade europeia (gregos e romanos), revelando, assim, o cunho eurocêntrico da afirmação dos autores no Manifesto do Partido Comunista (Marx; Engels, 1998).

Nota-se que Marx e Engels (1998), no decorrer do livro, dissertam apenas sobre modos de produções e sociedades existentes na Europa. Tanto é assim que mencionam que a moderna sociedade burguesa nasce das ruínas da sociedade feudal. Mais à frente, escrevem que “As armas que se serviu a burguesia para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia” (Marx; Engels, 1998, p. 72). Salienta-se que tais modos de produção são eminentemente europeus.

A citação presente no Manifesto do Partido Comunista, “A burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário” (Marx; Engels, 1998, p. 68), merece um comentário. Observa-se que a sociedade burguesa revolucionária era intrinsecamente europeia, uma vez que ela surgiu na Revolução Francesa de 1789, quando derrubou o ancien régime (monarquia absolutista e regime feudal).

Mais uma vez, percebe-se a supremacia do projeto de mundo ocidental, pois todo o fenômeno ocorrido na derrubada do antigo regime ficou eternizado como linear entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea, marcando, assim, a história apenas da Europa. Contudo, serviu também de parâmetro para toda a humanidade no estudo da história mundial, consolidando o eurocentrismo.

Vale ressaltar a ocorrência de expressões pautadas por um vocabulário colonialista e, de certa forma, preconceituoso, quando Marx e Engels (1998) se referem às demais regiões do planeta, colocando-as em condição de subalternidade perante a ascendente sociedade burguesa europeia.

Marx e Engels (1998) fazem alusão à descoberta e colonização da América, além de enfatizar a obrigação dos demais mercados mundiais em aderir ao modelo capitalista de produção, sob pena de extinção. Nem as sociedades mais bárbaras nem as muralhas chinesas seriam capazes de deter tal expansão.

Por fim, merece destaque o modo como os autores tratam a expansão do capitalismo, acentuando a irreversibilidade do modelo. Além disso, são arrastadas para a modernidade as sociedades mais bárbaras, impondo a integração, criando um mundo à sua imagem e semelhança e transformando a exploração numa missão civilizatória da burguesia (Harvey, 1998).

Diante de toda a análise aqui descrita, constata-se que o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels (1998), acaba por trazer em seu bojo

referências ao modelo eurocêntrico, não conseguindo se esquivar da proposta civilizatória hegemônica, debatida em paralelo com o artigo produzido pelo filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez (2005).

CONCLUSÃO

A modernidade se edificou com fundamento na estabilização do Estado-nação, em razão da política colonial implantada pelos países ocidentais, que difundiram os valores europeus por toda a extensão do globo terrestre. Isso resultou na destruição das culturas das regiões periféricas e na implantação de um projeto de dominação hegemônico, bem como promoveu a difusão dos ideais eurocêntricos por todo o mundo.

As ciências sociais tiveram papel preponderante na disseminação desse pensamento, pois foi por intermédio delas e de seus pensadores, tanto no campo da sociologia quanto da antropologia e das ciências políticas, que a visão eurocêntrica se espalhou, consolidando a supremacia da civilização europeia e da ideologia burguesa por toda parte.

Tais ciências também foram responsáveis por uma doutrina que ditou regras e comportamentos, com o intuito de controlar e regular as sociedades e as culturas conflitantes com modelo europeu, estabelecendo padrões que subjugaram o desenvolvimento de pensamentos contra- hegemônicos.

O pensamento de Karl Marx, com críticas ao capitalismo e ao modelo burguês, contribuiu para o surgimento de uma ciência: a sociologia. Vale ressaltar que, quando Marx definiu o materialismo histórico-dialético, ele não tinha a intenção de criar uma nova ciência, já que não era professor universitário.

Diferentemente de Marx, Émile Durkheim e Max Weber, ao desenvolverem seus métodos, realmente queriam criar um pensamento científico, pois ambos eram professores universitários, sendo considerados, juntamente com o “Velho Mouro” (apelido dado a Karl Marx por seus familiares), os fundadores da sociologia.

Mesmo com o pensamento crítico em relação ao capitalismo, constata-se que, na obra de Marx e Engels, produzido em 1848, há expressões e vestígios de um pensamento eurocêntrico, que, de certa forma, acabou se difundindo. Primeiramente, o livro trata apenas dos modos de produção europeus. Além disso, o modelo dialético de Marx e Engels é pautado nos ensinamentos de Hegel, um notório filósofo eurocêntrico.

Ademais, surgem vocabulários colonialistas que, de certo modo, colocam a Europa em condição de sociedade civilizada e evoluída em relação às demais regiões, como a América e a China.

Em certa passagem, os autores tratam como “bárbaras” as civilizações não europeias, quando se referem à expansão capitalista, o que demonstra o desprezo por esses povos e o apego a correntes que, no futuro, se desenvolveriam como teorias antropológicas evolucionistas.

O Manifesto do Partido Comunista é uma obra marcante, pois serviu de base para o surgimento de diversos movimentos de resistência ao

capitalismo e ao modelo liberal burguês. Contudo, ela contém fragmentos de uma visão eurocêntrica de mundo, conforme os apontamentos aqui descritos.

Saliente-se que este estudo não teve a pretensão de rotular o pensamento marxista como eurocêntrico. O objetivo foi detectar possíveis sinais da respectiva ideologia hegemônica na obra sub examine. Assim, com fundamento no artigo de Santiago Castro-Gómez, denominado “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da „invenção do outro””, é possível perceber resquícios de valores eurocêntricos e colonialistas na obra clássica de Marx e Engels.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Lucas Parreira. Flechas e martelos: Marx e Engels como leitores de Lewis Morgan. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31983>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 80-87.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. Princípios básicos do comunismo. Tradução de José Barata-Moura. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1982. t. 1, p. 76-94.

HARVEY, David. A geografia do Manifesto. Tradução de Gabriel Ondetti, Lauro Ávila Pereira e Lúcio Flávio de Almeida. Lutas Sociais, São Paulo, n. 4, p. 65- 73, jan./jun. 1998.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da história. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2008.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. Decolonialidade e o pensamento eurocêntrico de Marx: em favor de uma agenda emancipatória. Revista Letra Magna, [Cubatão], v. 18, n. 29, p. 72-85, 13 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.47734/lm.v18i29.2037>. Disponível em:

<https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/magna/article/view/2037>. Acesso em: 26 nov. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Tradução de Leandro Konder e Marco Aurélio Nogueira. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Expresso Zahar, 2014.